

POR UMA PEDAGOGIA ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

TOWARDS AN ANTI-RACIST PEDAGOGY IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

HACIA UNA PEDAGOGÍA ANTIRRACISTA EN LA EDUCACIÓN INFANTIL

 10.56238/sevened2026.018-019

Frei Paulo Cantanheide

Mestre em Educação e Doutor em Educação
Instituição: Universidade Estadual de Goiás (UEG)

E-mail: paulo.ferreira@ueg.br

RESUMO

Este artigo discute a importância da construção de uma pedagogia antirracista na Educação Infantil como estratégia fundamental para o enfrentamento das desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira. Partindo do reconhecimento de que o racismo possui dimensões individuais, institucionais e estruturais, conforme a perspectiva teórica de Almeida (2019), e com a contribuição de pesquisadores como Leocadio e Reis (2019; 2020), Martins (2006) e Santana (2006), o estudo analisa como tais dinâmicas impactam precocemente a formação identitária das crianças. A pesquisa dialoga com estudos sobre desenvolvimento infantil, educação das relações étnico-raciais e formação da identidade negra, destacando evidências empíricas que demonstram a presença de percepções racializadas já nos primeiros anos de vida. A partir dessa constatação, o trabalho defende que a escola de Educação Infantil deve assumir um papel ativo na promoção da equidade, na valorização da diversidade cultural e no fortalecimento da autoestima das crianças negras. O artigo também apresenta fundamentos pedagógicos inspirados em conceitos da cosmovisão africana, como *Ubuntu e Sankofa*, propondo sua aplicação como referências éticas e metodológicas para uma prática educativa descolonizadora. Conclui-se que a implementação de práticas pedagógicas antirracistas exige ações institucionais permanentes, formação continuada de professores e a construção de currículos que reconheçam a pluralidade étnico-cultural brasileira.

Palavras-chave: Educação Infantil. Pedagogia Antirracista. Racismo Estrutural. Identidade Negra.

ABSTRACT

This article discusses the importance of constructing an anti-racist pedagogy in early childhood education as a fundamental strategy for confronting racial inequalities present in Brazilian society. Starting from the recognition that racism has individual, institutional, and structural dimensions, according to the theoretical perspective of Almeida (2019), and with the contribution of researchers such as Leocadio and Reis (2019; 2020), Martins (2006), and Santana (2006), the study analyzes how these dynamics prematurely impact the identity formation of children. The research engages with studies on child development, education on ethnic-racial relations, and the formation of Black identity, highlighting empirical evidence that demonstrates the presence of racialized perceptions in the first years of life. Based on this finding, the work argues that early childhood education schools should assume an active role in promoting equity, valuing cultural diversity, and strengthening the self-esteem of Black children.

The article also presents pedagogical foundations inspired by concepts from the African worldview, such as Ubuntu and Sankofa, proposing their application as ethical and methodological references for a decolonizing educational practice. It concludes that the implementation of anti-racist pedagogical practices requires permanent institutional actions, ongoing teacher training, and the construction of curricula that recognize Brazilian ethnic and cultural plurality.

Keywords: Early Childhood Education. Anti-Racist Pedagogy. Structural Racism. Black Identity.

RESUMEN

Este artículo analiza la importancia de construir una pedagogía antirracista en la Educación Infantil como estrategia fundamental para afrontar las desigualdades raciales presentes en la sociedad brasileña. Partiendo del reconocimiento de que el racismo tiene dimensiones individuales, institucionales y estructurales, según la perspectiva teórica de Almeida (2019), y con la contribución de investigadores como Leocadio y Reis (2019; 2020), Martins (2006) y Santana (2006), el estudio analiza cómo estas dinámicas impactan prematuramente la formación de la identidad infantil. La investigación se basa en estudios sobre desarrollo infantil, educación en relaciones étnico-raciales y la formación de la identidad negra, destacando la evidencia empírica que demuestra la presencia de percepciones racializadas en los primeros años de vida. Con base en este hallazgo, el trabajo argumenta que las escuelas de Educación Infantil deben asumir un papel activo en la promoción de la equidad, la valoración de la diversidad cultural y el fortalecimiento de la autoestima de los niños y niñas negros. El artículo también presenta fundamentos pedagógicos inspirados en conceptos de la cosmovisión africana, como Ubuntu y Sankofa, proponiendo su aplicación como referencias éticas y metodológicas para una práctica educativa descolonizadora. Concluye que la implementación de prácticas pedagógicas antirracistas requiere acciones institucionales permanentes, formación docente continua y la construcción de currículos que reconozcan la pluralidad étnica y cultural brasileña.

Palabras clave: Educación Infantil. Pedagogía Antirracista. Racismo Estructural. Identidad Negra.

1 INTRODUÇÃO

Os três séculos de escravidão marcaram profundamente a sociedade brasileira, deixando traços visíveis em diferentes dimensões da vida social: ritmos, alegria, cores, sabores, afetos, religiosidade, mas também injustiça social, traumas, dores, resistências, movimentos, lutas, vitórias e derrotas. A experiência histórica do Brasil é, portanto, um mosaico complexo, composto tanto por expressões culturais de grande riqueza quanto por marcas profundas de violência e exclusão.

Subjacente a esse mosaico de experiências encontra-se uma realidade dura e persistente: a desigualdade racial. Ao mesmo tempo em que essa realidade se torna evidente em diferentes aspectos da vida social, muitas vezes procurou ocultar-se sob o falseamento ideológico da chamada democracia racial. Tal narrativa, amplamente difundida ao longo do século XX, contribuiu para mascarar a persistência das desigualdades raciais e dificultou o reconhecimento do racismo como um problema estrutural da sociedade brasileira.

Diante disso, torna-se difícil olhar para o passado da sociedade brasileira sem contemplar a dor, o sofrimento e o desespero que marcaram a trajetória de milhões de pessoas submetidas à escravidão e às suas consequências históricas. Contudo, a sabedoria de Sankofa, provérbio africano que será utilizado neste trabalho como referência pedagógica, ensina que o olhar lançado para o passado deve estar permeado de esperança e de desejo de aprendizagem, a fim de que o futuro possa ser construído de forma mais justa e promissora. Em outras palavras, revisitar a história não significa permanecer prisioneiro dela, mas aprender com suas lições para transformar o presente e projetar novos horizontes.

Sem ódio ou ressentimento, mas com o firme propósito de não repetir os erros e as injustiças do passado — e ao mesmo tempo valorizando sua grandeza e riqueza cultural —, o espírito de Sankofa se expressa poeticamente na letra de uma canção que afirma: “A tua riqueza vem lá do passado, de lá do congado eu tenho certeza; revela a grandeza de um povo sofrido, de rara beleza, que vive cantando profunda grandeza.”¹

É nesse horizonte simbólico, histórico e pedagógico que se desenvolve o projeto de uma pedagogia antirracista para a educação infantil. Tal proposta se fundamenta na alegria, no afeto, na firmeza ética e no compromisso com o enfrentamento do racismo que, ao longo da história brasileira, impregnou o imaginário social e se incorporou às estruturas econômicas, políticas e jurídicas da sociedade e do Estado.

A pedagogia antirracista não se confunde com um simples grito de revolta do povo negro brasileiro diante das injustiças do racismo. Trata-se, antes, de uma proposta educativa fundamentada em teoria, método e prática pedagógica. Portanto, não se trata de um fazer educacional restrito a

¹ Trecho da música "Ijexá", composta por **Edil Pacheco** (Edilson de Jesus Pacheco). Canção que ficou conhecida na voz de **Clara Nunes**.

docentes negros para estudantes negros, mas de uma prática educativa pluriétnica, que não reconhece hierarquias entre os diferentes grupos étnicos que formam o povo brasileiro.

Nesse sentido, a educação antirracista apresenta-se como um paradigma fundamental para o século XXI, pois busca garantir que todos os sujeitos do ambiente escolar tenham acesso a uma aprendizagem digna, feliz e equânime, baseada no reconhecimento da diversidade e no respeito às diferentes identidades culturais que compõem a sociedade brasileira. Com o objetivo de propor uma **pedagogia antirracista na Educação Infantil** como estratégia educacional fundamental para o enfrentamento da desigualdade racial na sociedade brasileira, este trabalho buscará também:

- compreender como o racismo impacta a formação identitária das crianças, condicionando precocemente suas relações étnico-raciais;
- investigar a dinâmica do racismo estrutural e apresentar os fundamentos de uma ação pedagógica antirracista;
- apontar princípios e práticas didático-pedagógicas para a promoção de uma educação antirracista na Educação Infantil.

A pesquisa adotará como **referencial teórico** os trabalhos de Almeida (2019), Leocádio e Reis (2019; 2020), Martins (2006) e Gomes (2003). O estudo contará ainda com reflexões de pesquisadores vinculados à **Nova Escola** e ao **Projeto Trilhos da Alfabetização**, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), publicadas em cadernos eletrônicos dessas instituições. O trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro parte da indagação: **Por que uma pedagogia antirracista na Educação Infantil?**. O segundo apresenta os **fundamentos da ação pedagógica antirracista**. O terceiro reúne **referências para uma prática didático-pedagógica afro-brasileira**”.

2 POR QUE UMA PEDAGOGIA ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL?

O desafio da construção da noção de equidade já na primeira infância, em uma realidade socio-histórica marcada por uma cultura que naturaliza a exclusão e o privilégio com base em critérios de natureza étnico-racial e de classe social, exige da educação uma ação eficaz que contemple a dimensão socioemocional, a formação da identidade e a aquisição de direitos, sem descuidar desse recorte étnico-racial que figura como elemento essencial na formação do povo brasileiro.

Conhecer a realidade social e estar sensível às condições existenciais e emocionais das crianças são posturas essenciais para o desenvolvimento de uma pedagogia antirracista na Educação Infantil, pois, nessa fase — que compreende aproximadamente dos zero aos seis anos —

as condições materiais e afetivas de cuidado são decisivas para o desenvolvimento saudável da criança. É na relação com o outro, por meio dos gestos, das palavras, dos toques e dos olhares, que a criança constrói sua identidade e passa a representar o mundo, a vida, o belo, o bom, o mal e o feio, entre outras dimensões da experiência humana que começam a se constituir nesse período (SANTANA, 2006, p. 32).

Em pesquisa desenvolvida com crianças da Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de São Paulo, Leocádio e Reis (2019–2020) perceberam que, nessa faixa etária, já se manifestam percepções das diferenças que podem ser positivadas ou negativadas por meio de atitudes de exclusão ou empatia, não raras vezes impulsionadas e estimuladas por estereótipos racistas. As pesquisadoras alertam para a necessidade de se “ter atenção, sobretudo, ao racismo implícito, contido no tom da voz, no toque, no olhar, na brincadeira, nas brigas e nos xingamentos” (p. 23).

Desse modo, a necessidade de uma educação antirracista fundamenta-se na constatação de que a desigualdade racial afeta precocemente as crianças brasileiras. Estudos como o Doll Test e a pesquisa “Cadê a nossa boneca?” demonstram que o racismo impacta o imaginário infantil, gerando percepções negativas sobre a identidade negra e reforçando sentimentos de baixa autoestima.

[...] na pesquisa do psicólogo Kenneth Clark, o célebre doll test foi realizado em 1946. O teste consistia em colocar crianças com faixa etária média de sete anos diante de duas bonecas: uma negra e outra branca. As perguntas iniciais eram: “Quem é boa?”, “Quem é má?” e, por fim, “Qual você prefere?”. Na ocasião, 65% das crianças — entre negras e brancas — preferiram a boneca branca. O objetivo de Clark era contribuir para a formulação de políticas de promoção da igualdade étnico-racial, coletando dados sobre o impacto psicológico do racismo na infância e incentivando ações que fortalecessem a identidade negra e a autoestima das crianças. Décadas depois, em 1995, o cineasta estadunidense Kirki Davis refez o experimento e constatou que 71% das crianças continuavam demonstrando preferência pelas bonecas brancas. No Brasil, anos depois da divulgação desse experimento, a pedagoga Roseli Martins realizou uma pesquisa com 26 meninas — 12 negras (pretas e pardas) e 14 brancas. Martins utilizou um boneco branco, uma boneca negra e duas bonecas brancas, uma de cabelo curto e outra de cabelo comprido. Como resultado, 65% das meninas (17) preferiram a boneca branca de cabelo comprido, enquanto 15% (quatro) escolheram o boneco branco. Entre as cinco meninas que escolheram outras opções, duas eram negras (MARTINS, 2006 *apud* FGV-DPGE, 2021, p. 10).

Esses resultados indicam que, em países com amplo histórico de discriminação racial, como Brasil e Estados Unidos, o imaginário e a estrutura emocional infantil costumam ser profundamente condicionados por estereótipos racistas. Diante disso, o antirracismo apresenta-se como uma demanda urgente para a educação desde os primeiros anos da educação básica.

Uma educação antirracista é aquela que compreende que o processo de ensino-aprendizagem está vinculado ao pertencimento étnico, racial e cultural da população brasileira e que deve combater qualquer forma de discriminação. Nesse sentido, ampliar o conhecimento sobre a participação dos diferentes povos na formação do país é um passo fundamental para reconhecer sua importância nessa composição histórica, sem sobreposição ou apagamento de nenhuma etnia (NOVA ESCOLA, 2023).

Como a infância é o período em que as bases cognitivas e emocionais se constituem, a escola não pode se esquivar da responsabilidade ética e política de enfrentar esse fenômeno. Para Fazzi (2006), por volta dos três anos de idade as referências raciais ainda estão em processo de elaboração no pensamento das crianças. Justamente por isso, essa fase da vida exige que a escola esteja equipada com políticas educacionais eficazes de combate ao preconceito racial.

Sendo a infância a fase da vida em que o ato de educar é indissociável do ato de cuidar, a escola de Educação Infantil não pode reproduzir a mesma indiferença existente em outros setores da sociedade em relação a rótulos racistas, xingamentos que enfatizam características físicas ou práticas de maus-tratos configuradas como injúria racial. Os profissionais da educação não podem contribuir para a resignação das crianças negras diante de ofensas racistas, tampouco ignorar ofensas racistas proferidas por crianças brancas, sob o risco de permitir que tais atitudes sejam naturalizadas. Como lembra Bentes (1993), a cristalização do ideário racista no imaginário brasileiro contribuiu historicamente para o desenvolvimento de um complexo de inferioridade do negro em relação ao branco e de um complexo de superioridade do branco em relação às pessoas negras.

As instituições educacionais precisam assimilar a ideia de que as crianças negras têm direito ao cuidado, ao afeto e à proteção. À primeira vista isso pode parecer simples; contudo, quando se considera o caráter institucional, estrutural e individual do racismo, percebe-se que a ideologia racista opera muitas vezes de maneira sutil. Não é de se estranhar, portanto, que alguns professores, no momento de distribuir afeto, atenção e cuidado entre seus alunos, possam estar condicionados por essa ideologia.

Isso não se trata necessariamente de uma deficiência ética ou moral deste ou daquele profissional da educação, mas de uma cultura de desigualdade racial presente em diversos âmbitos das relações sociais. Desse modo, para que as crianças negras sejam socializadas de maneira justa na escola, é necessário que uma parcela significativa do corpo docente e dos demais profissionais da educação reconheça a necessidade de passar por um processo de ressocialização antirracista. Assim, a pedagogia antirracista não deve ser prerrogativa exclusiva de professores negros, mas um compromisso de toda a comunidade escolar, devendo inclusive transcender os limites da escola por meio do envolvimento das famílias (NOVA ESCOLA, 2023).

Gomes (2003) aponta que o processo de formação identitária do negro brasileiro é tenso e encontra na escola um dos seus principais espaços de desenvolvimento. Nesse sentido, mesmo não sendo a escola o único ambiente social responsável pelo combate ao racismo, ela possui uma responsabilidade particular, pois reúne condições para não se tornar apenas mais uma instituição que denuncia o racismo, mas que também prepara as pessoas negras para assumirem suas identidades e se tornarem sujeitos de sua própria história.

O acolhimento digno e igualitário das crianças negras no espaço escolar contribui para que elas passem a gostar da escola e de si mesmas, favorecendo tanto a superação do racismo quanto a diminuição da evasão escolar. Assim, a formação da identidade e da autoestima das crianças negras deve estar entre as metas de qualquer instituição comprometida com uma pedagogia antirracista, sobretudo porque o racismo historicamente construiu referências negativas sobre o povo negro e suas expressões culturais. Quando a criança negra percebe que a escola valoriza aquilo que lhe pertence —

desde suas características físicas até sua história e cultura — ela se sente mais acolhida e reconhecida em sua dignidade.

A professora Rosa Margarida de Carvalho Rocha, consultora da Nova Escola para a Educação Antirracista, baseada em convenções internacionais sobre educação, como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da Organização das Nações Unidas (ONU), afirma que, na perspectiva de uma educação voltada para o futuro, não resta alternativa senão a construção de uma escola aberta à diversidade em todos os seus aspectos, inclusive o étnico-racial. A diversidade constitui, nesse sentido, um novo paradigma educacional para o século XXI.

Com base nas conclusões do Relatório Delors², a autora conclui que,

o “aprender a conviver” refere-se ao reconhecimento da interdependência entre os seres humanos e à importância da convivência harmônica entre todos. Assim, torna-se imprescindível acolher positivamente os saberes e fazeres das diferentes culturas, ampliando conhecimentos e aprendendo mutuamente, de modo a reconhecer e valorizar cada cultura sem hierarquizá-las (NOVA ESCOLA, 2023, p.07).

Como bebês e crianças pequenas percebem as diferenças raciais precocemente, a intervenção do adulto torna-se decisiva para que elas não reproduzam preconceitos estruturais da sociedade. Educar para as relações étnico-raciais na primeira infância significa também preencher os vazios históricos sobre o papel do negro e do indígena na formação do Brasil, transformando a escola em um espaço de reeducação do olhar — não apenas sobre os indivíduos que compõem esses grupos, mas também sobre os valores culturais que eles legaram à sociedade brasileira.

Aprender a conviver, na perspectiva da educação brasileira, passa necessariamente por uma pedagogia que priorize a diversidade, sobretudo em suas manifestações étnicas e de gênero. O racismo e o machismo constituem heranças da experiência colonial que ainda afetam as relações sociais e relegam milhares de pessoas a experiências de exclusão e infelicidade. Conforme observa Da Silva (2021), torna-se urgente na sociedade brasileira o desenvolvimento de uma pedagogia capaz de propor um pensamento descolonizado.

3 FUNDAMENTOS DA AÇÃO PEDAGÓGICA ANTIRRACISTA

Para uma atuação transformadora, é preciso compreender, conforme já mencionado em Almeida (2019), que o racismo no Brasil opera de forma individual, institucional e estrutural. Tal constatação evidencia a dimensão política da ação antirracista. Devido ao caráter estrutural do racismo, uma parcela significativa da população brasileira ainda assimila a noção de racismo no âmbito do negacionismo, limitando-se a afirmar sua inexistência. Por outro lado, outra parcela também

² Documento da UNESCO intitulado Educação: um tesouro a descobrir (1996), que propõe quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser

expressiva da população possui uma compreensão superficial do fenômeno, entendendo-o como uma questão meramente comportamental de alguns indivíduos ou grupos.

O problema dessa perspectiva é que, ao reduzir tais manifestações à esfera da individualidade, deixa-se de perceber que, subjacente aos casos de injúria racial, existe uma estrutura social, histórica, cultural e econômica racista, responsável pela produção e reprodução das ações discriminatórias de determinados indivíduos.

Diante disso, recorreremos às contribuições acadêmicas de Almeida (2019) acerca do tema. Para o autor, embora o racismo praticado por indivíduos seja mais facilmente percebido, ele não é menos traumático ou nocivo do que o racismo institucional e o racismo estrutural. Como observa o autor:

Sob este ângulo, não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo. [...] Quando se limita o olhar sobre o racismo a aspectos comportamentais, deixa-se de considerar o fato de que as maiores desgraças produzidas pelo racismo foram feitas sob o abrigo da legalidade e com o apoio moral de líderes políticos, líderes religiosos e dos considerados ‘homens de bem’ (ALMEIDA, 2019, p. 25).

O racismo institucional, por sua vez, opera de forma mais sutil e possui bem menos visibilidade social do que suas manifestações individuais. Ele se consolida na atuação de forças estabelecidas e tradicionalmente respeitadas na sociedade, capazes de formular regras, impor padrões sociais e atribuir sentidos às ações dos indivíduos, transformando-os em sujeitos de uma sociedade condicionada pela desigualdade racial.

O autor reconhece que “a estabilidade dos sistemas sociais depende da capacidade das instituições de absorver os conflitos e os antagonismos”. Contudo, observa também que, quando tais conflitos são evidenciados e enfrentados — ao invés de camuflados ou invisibilizados —, eles podem resultar em reformas capazes de provocar alterações nas regras, nos padrões de funcionamento e na atuação institucional (ALMEIDA, 2019, p. 26–28).

Mesmo na era do Estado provedor de políticas públicas, consolidada após o processo de redemocratização do país, o racismo continua presente nas próprias instituições responsáveis pela gestão dessas políticas, cujo objetivo, paradoxalmente, é reduzir a desigualdade histórica que marca a sociedade brasileira. Essa realidade foi constatada em estudos de análise institucional desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Com o objetivo de sensibilizar formuladores e gestores públicos acerca dos riscos de reprodução das desigualdades sociais na implementação de políticas públicas, esses estudos reuniram análises empíricas sobre diferentes áreas de atuação do Estado. A observação da interação entre os agentes executores e os destinatários das políticas revelou, em todos os casos analisados, uma heterogeneidade de práticas que nem sempre estavam alinhadas com aquelas prescritas pelas regulações centrais das políticas públicas. Os pesquisadores também chamaram atenção para o fato de

que a adoção dessas práticas pode implicar riscos de reprodução das desigualdades por parte das próprias instituições públicas (IPEA, 2017).

Pires (2017) menciona ainda um complexo entrelaçamento entre a desigualdade econômica e outras formas de desigualdade que impõem barreiras ao desenvolvimento do serviço público. O autor recorre a uma discussão promovida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) acerca da matriz da desigualdade social na América Latina, segundo a qual:

A acumulação ou a potenciação simultânea das disparidades relacionadas com a classe social (ou nível socioeconômico), o gênero, o pertencimento racial ou étnico, o território ou a etapa do ciclo de vida cria um complexo esquema de relações sociais, com discriminações múltiplas que se manifestam em desigualdades de autonomia, bem-estar e empoderamento, assim como também em marcadas diferenças no exercício de direitos e de oportunidades, nas capacidades e tratamentos. Essas formas e mecanismos de discriminação assentam-se também nos estereótipos — que hierarquizam e desqualificam determinados grupos sociais em razão de seu sexo, etnia, raça ou cor de pele, orientação sexual, situação socioeconômica ou outra condição — que estão presentes em diversos âmbitos da vida social e que, assim como a discriminação, permeiam as próprias instituições e são reproduzidos por elas. (CEPAL, 2016, p. 20 *apud* PIRES, 2017, p. 8)

Observa-se, portanto, que tanto o racismo estrutural quanto o racismo institucional partem da premissa de que o racismo ultrapassa a ação individual. Além disso, tais perspectivas apontam a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, não apenas no sentido do poder de um indivíduo sobre outro, mas do poder de um grupo social sobre outro — algo possível quando determinados grupos controlam direta ou indiretamente o aparato institucional (ALMEIDA, 2019).

O autor identifica como bases da estrutura de poder do Estado as dimensões política, jurídica e econômica. Desse modo, quando os processos institucionais são condicionados pelo racismo, eles passam a afetar diretamente as relações jurídicas, políticas e econômicas, contribuindo para a reprodução sistêmica do racismo e tornando-o intrínseco à própria estrutura social.

A normatização e naturalização dessas práticas institucionais na mentalidade coletiva acabam relegando o racismo estrutural a uma condição de quase invisibilidade, exigindo um esforço analítico mais profundo para sua compreensão. Assim, a busca pela igualdade racial não deve se limitar à educação das pessoas para as relações étnico-raciais, mas também incluir o desenvolvimento de ações institucionais antirracistas.

Almeida (2019) pondera, entretanto, que:

O uso do termo ‘estrutura’ não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas institucionais antirracistas sejam inúteis; ou, ainda, que indivíduos que cometam atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados. Dizer isso seria negar os aspectos social, histórico e político do racismo. (p. 33–34)

Isso significa que, sendo o racismo uma ação “inerente à ordem social”, a única forma de uma instituição combatê-lo é por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas (ALMEIDA, 2019, p. 32). Tal constatação revela a urgência, na sociedade brasileira, de uma educação antirracista que transcenda os limites da escola e alcance diferentes instâncias do Estado e da sociedade civil.

Glass (2012) destaca que a formação racial ocorre em diversos espaços educativos, formais e informais, nos quais crianças e jovens participam de atividades esportivas, culturais, religiosas, musicais e sociais. Nesse sentido, a educação crítica e antirracista deve incorporar esses diferentes espaços de construção identitária ao seu projeto educativo, mobilizando instituições e atores sociais na luta contra a supremacia racial.

Diante disso, torna-se evidente que a ação educativa antirracista opera em uma relação dialética entre o individual e o institucional, reconhecendo que as instituições que compõem a estrutura social podem atuar de maneira racista justamente porque são conduzidas por indivíduos igualmente atravessados por essa lógica social. Nesse contexto, uma pedagogia crítica e antirracista na educação infantil pode contribuir significativamente para a erradicação — ou, ao menos, para a redução — dos efeitos nefastos do racismo na sociedade brasileira.

A intelectual Angela Davis lembra que não basta não ser racista; é necessário ser ativamente antirracista, combatendo o racismo em todas as suas manifestações cotidianas. Nesse sentido, a educação antirracista não tem como objetivo substituir um currículo eurocêntrico por outro afrocentrado, mas construir um currículo descolonizador, capaz de reconhecer a pluriethnicidade brasileira e promover saberes libertadores (DA SILVA, 2021)

4 REFERÊNCIAS PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICO AFRO-BRASILEIRA

Pesquisadores que têm desenvolvido trabalhos na perspectiva da construção de uma pedagogia antirracista apresentam conceitos ancestrais presentes na cosmovisão africana que oferecem novas formas de viver e aprender. Neste capítulo, utilizaremos alguns desses conceitos com o objetivo de demonstrar como o modo de pensar africano pode contribuir para a construção de uma ação pedagógica não colonizadora, em perspectiva afro-brasileira. Seguem alguns deles:

- *Ubuntu*: trata-se de um sistema ético orientado pelo princípio de que a humanidade é construída por meio do convívio e da colaboração entre as pessoas. Os pedagogos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), responsáveis pela elaboração do caderno Trilhos da Alfabetização: por uma educação antirracista, definem esse conceito da seguinte forma:

Ubuntu é uma filosofia, um sistema de pensamento e uma ética. Em resumo, afirma que não podemos viver separadamente, que todas as pessoas precisam de outras pessoas. Nós precisamos aprender a colaborar, porque o nosso bem-estar depende da alegria e da satisfação de outras pessoas. A lógica é bem simples: ninguém pode ser feliz sozinho, porque viver significa compartilhar o tempo e o espaço com outras pessoas (FGV-DPGE, 2021, p. 43).

Assim, pedagogos e estudiosos da educação antirracista têm levado o princípio *Ubuntu* para a escola como uma forma de convocação ao trabalho coletivo e à valorização das habilidades individuais em favor da comunidade. Isso, por si só, distancia o fazer pedagógico antirracista de qualquer tentativa de reduzi-lo a uma prática educativa exclusiva de docentes negros, uma vez que se trata de uma ação educativa que deve ser assumida pela escola como um todo, sob pena de esta se tornar mais uma instituição a sustentar práticas de racismo institucional, conforme observa Almeida (2019).

Outra observação importante sobre esse princípio é que ele não deve ser confundido com uma fraternidade baseada em um amor incondicional que ignora conflitos e dilemas. Os conflitos fazem parte da vida em sociedade e da própria existência humana. Assim, o que a filosofia *Ubuntu* propõe é que tais conflitos sejam enfrentados de forma colaborativa, por meio da construção de parcerias, pois uma pessoa isolada não dispõe de todas as alternativas necessárias para enfrentar um problema (FGV-DPGE, 2021). -*Sankofa*: outra referência significativa encontra-se na expressão *Sankofa*, representada pelo provérbio “nunca é tarde para buscar o que ficou para trás”. O conceito propõe que devemos aprender com o passado e com nossa ancestralidade para construir um futuro melhor (NASCIMENTO; GÁ, 2009).

Nesse contexto, a história e a memória do povo negro brasileiro, quando apresentadas de forma positiva — livres do ranço do preconceito e do racismo —, contribuem para a construção da autoestima das crianças negras e para o desenvolvimento da empatia das crianças não negras em relação à história e às contribuições culturais do povo negro.

Esse conceito, originário do povo Akan e posteriormente difundido entre os povos Asante e Fanti, em diversas regiões do Golfo da Guiné, na África Ocidental, deve atuar, na prática educacional antirracista, como um símbolo de sabedoria. Ele sugere que o aprendizado com o passado seja a base para a construção do presente e do futuro, tanto na vida das pessoas quanto nos processos de ensino-aprendizagem e no cotidiano das instituições educacionais. Tal perspectiva pode ser observada na interpretação apresentada pelos educadores da FGV-DPGE (2021):

Sankofa é uma postura diante da vida e do mundo. Trata-se de uma relação com a memória que produz novos sentidos. Imagine que uma pessoa tenha passado por dificuldades no passado; essa experiência pode ser abordada com medo ou, ainda, como algo relevante que contribuiu para sua formação. Sankofa é um modo de encarar as experiências pessoais e da nossa ancestralidade como ricas fontes de aprimoramento humano. Por um lado, não podemos abandonar o passado, porque suas lições nos trouxeram até aqui. Por outro, sempre há tempo para recomeçar e encontrar novos caminhos (p. 46).

Com base em apontamentos apresentados por educadores da **Nova Escola**, no e-book “*Como construir uma escola antirracista*”, e no caderno “*Trilhos da Alfabetização: por uma educação antirracista*”, da FGV, estabelece-se aqui um diálogo entre tais contribuições e o princípio de Sankofa,

a fim de apresentar alguns **eixos norteadores para um planejamento escolar comprometido com a prática pedagógica antirracista**:

- **Processo de diagnóstico e estudo:** Sankofa propõe uma postura reflexiva em etapas, iniciando pelo retorno ao passado para observar e compreender a realidade antes de definir caminhos de ação. Na gestão escolar, isso se traduz na realização de um diagnóstico situacional profundo, levantando o histórico e os dados da comunidade escolar para compreender como as questões étnico-raciais foram tratadas ao longo do tempo (NOVA ESCOLA, 2022).
- **Aprendizado com a experiência:** o conceito incentiva as equipes escolares a analisarem o que já foi realizado na instituição, utilizando erros e acertos como fontes de aprimoramento pedagógico. Isso permite que o planejamento seja flexível, no qual falhas passadas não são vistas como impedimentos, mas como oportunidades para replanejar e reavaliar práticas educativas (FGV-DPGE, 2021).
- **Construção de um currículo descolonizador:** Sankofa convida a escola a resgatar narrativas e conhecimentos historicamente silenciados, preenchendo lacunas sobre o papel de negros e indígenas na formação da sociedade brasileira. Dessa forma, o tema deixa de ser tratado apenas em datas comemorativas e passa a integrar o cotidiano escolar.

Ao buscar referências positivas do passado e da ancestralidade africana, o planejamento escolar passa a priorizar a elevação da autoestima das crianças, combatendo a invisibilidade e permitindo que elas se reconheçam como protagonistas de sua própria história. Nesse sentido, Sankofa transforma o planejamento pedagógico em um processo permanente de reflexão e transformação, no qual o passado serve de base para a construção de práticas educativas mais justas e equitativas.

Para que o combate ao racismo não dependa apenas da boa vontade individual, é fundamental que existam protocolos antirracistas institucionalizados nos regimentos escolares. Esses documentos devem explicitar posicionamentos institucionais claros e orientar intervenções pedagógicas diante de conflitos raciais.

A reação ao racismo deve ser imediata. Professores e funcionários precisam agir prontamente diante de situações discriminatórias, apontando o erro e promovendo a reflexão sobre a conduta ou a fala inadequada. A persistência na prática de romper o silêncio é essencial, pois o racismo se alimenta da naturalização do preconceito e da ausência de diálogo.

Os protocolos de acolhimento em casos de racismo devem ser estruturados de forma institucional, imediata e pedagógica, visando proteger a vítima e promover a reeducação do agressor. Episódios de discriminação não podem ser tratados como simples brincadeiras ou exageros (NOVA ESCOLA, 2022).

A escola deve ainda criar ambientes de diálogo e escuta ativa, nos quais conflitos possam ser discutidos coletivamente. Espaços de escuta entre crianças negras e brancas, desde a infância, são

fundamentais para promover relações sociais mais justas e conscientes. Nesse processo, o diálogo com as famílias é igualmente essencial. Reuniões de pais e responsáveis devem ser mais do que espaços informativos: precisam se constituir em momentos de escuta empática e de construção coletiva de estratégias educativas voltadas ao enfrentamento do racismo.

Outro aspecto relevante é a valorização dos saberes da comunidade e da tradição oral. A presença de griôs — contadores de histórias — e a leitura de obras literárias que valorizem a identidade negra contribuem para fortalecer a oralidade e a representatividade. A utilização dos valores civilizatórios afro-brasileiros, como oralidade, circularidade, musicalidade, ludicidade e corporeidade, também constitui uma estratégia pedagógica essencial para a construção de uma educação antirracista. Essas práticas contribuem para tornar a escola um espaço acolhedor, plural e culturalmente afirmativo (TRINDADE, 2005).

No campo da corporeidade, é fundamental valorizar a diversidade estética, incluindo os diferentes tons de pele e os cabelos crespos, frequentemente alvo de estigmatização histórica. Atividades como o autorretrato, por exemplo, permitem que a criança trabalhe sua auto percepção e identidade, fortalecendo sua autoestima.

A formação continuada de professores também é um elemento central para a transformação da prática pedagógica. Conforme aponta Gomes (2003), é necessário investir em momentos de estudo, debate e reflexão crítica sobre preconceitos presentes na própria prática docente. Pesquisas desenvolvidas por Leocádio e Reis (2019–2020) demonstram que o engajamento coletivo do corpo docente e da equipe gestora é essencial para que a educação antirracista se torne uma prática institucional cotidiana.

Por fim, o ponto central da ação pedagógica antirracista é o combate ao racismo em todas as suas manifestações, desde aquelas aparentemente sutis — muitas vezes apresentadas sob a forma de brincadeiras — até as mais explícitas e violentas.

Em seu *Pequeno Manual Antirracista*, Ribeiro (2019) afirma que o racismo constitui um sistema de opressão profundamente enraizado nas relações sociais. Segundo a autora:

Movimentos de pessoas negras há anos debatem o racismo como estrutura fundamental das relações sociais, criando desigualdades e abismos. O racismo é, portanto, um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato da vontade de um indivíduo (RIBEIRO, 2019).

Diante disso, a mediação pedagógica do professor em situações de racismo entre crianças torna-se fundamental. O foco da intervenção deve ser o acolhimento e o diálogo. A criança que sofre discriminação precisa ser ouvida e amparada, enquanto a criança que discrimina deve ser conduzida a compreender o impacto de suas atitudes. Assim, os conflitos decorrentes de atitudes racistas podem se transformar em importantes oportunidades pedagógicas para o aprendizado ético, contribuindo para a

formação de sujeitos mais conscientes, críticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e humana.

5 CONCLUSÃO

A educação constitui um ato político que exige compromisso com a transformação social. Nesse sentido, a construção de uma pedagogia antirracista na educação infantil apresenta-se como um caminho fundamental para garantir o acesso pleno a um ensino que reconheça, valorize e fortaleça identidades historicamente negligenciadas. O enfrentamento do racismo, nesse contexto, potencializa aquilo que há de mais nobre na prática educativa: o exercício da solidariedade, o fortalecimento do amor-próprio e a construção de relações pautadas no respeito e no afeto.

Implementar uma pedagogia antirracista na educação infantil implica reconhecer que educar é um ato simultaneamente político e colaborativo. Ao articular as contribuições teóricas de intelectuais negros com as práticas cotidianas da escola e com os princípios da gestão democrática, a instituição escolar pode cumprir de forma mais efetiva sua missão de formar sujeitos integrais, capazes de reconhecer a interdependência humana — princípio expresso na filosofia Ubuntu. Assim, o combate ao racismo desde os primeiros anos da educação básica constitui um passo decisivo para a consolidação de uma sociedade comprometida com os valores da democracia e da justiça social.

Nesse processo, a aproximação entre escola, família e movimento social negro torna-se elemento constitutivo de uma pedagogia antirracista na educação infantil. A sabedoria e os valores civilizatórios dos povos africanos e indígenas oferecem importantes referências para a descolonização das práticas educativas. No entanto, considerando que ainda persiste na estrutura da sociedade brasileira uma cultura de privilégios historicamente associada à branquitude, políticas de ação afirmativa continuam sendo instrumentos necessários para garantir oportunidades mais equitativas de acesso e ascensão social à população negra.

Por fim, é importante reconhecer que a construção de uma pedagogia antirracista ainda se encontra em processo de consolidação. Muitos avanços foram conquistados, mas ainda há um longo caminho a percorrer, especialmente no que se refere à formação inicial e continuada de professores. O desafio torna-se ainda maior quando se compreende que não se trata apenas da incorporação de novos conteúdos curriculares, mas da assimilação de uma ética educativa comprometida com a dignidade humana, inspirada em princípios como os da filosofia Ubuntu, que reconhece na coletividade e na interdependência os fundamentos da vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

BENTES, Raimunda Nilma de Melo. **Negritando**. Belém-PA: Grafphitte Editores, 1993

DA SILVA, Carlos Benedito Rodrigues. In.: FGV DPGE. **Trilhos da Alfabetização** : por uma educação antirracista (Maranhão) / - Rio de Janeiro : FGV Editora, 2021.

FAZZI, Rita de Cássia. **O drama racial de crianças brasileiras**: socialização entre os pares e preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FGV DPGE. **Trilhos da Alfabetização**: por uma educação antirracista . - Rio de Janeiro : FGV Editora, 2021.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as**: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa. 2003, v. 29, n. 1.

GLASS, R. D. Entendendo raça e racismo: por uma educação racialmente crítica e antirracista. In: **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 93, n. 235, p. 883-913, set./dez. 2012.

IPEA. Boletim de Análise Político-Institucional., n. 13. Out. 2017

LEOCADIO, Ana Gilda; REIS, Jacqueline Aparecida da Silva Aguiar. **Caminhos para uma Educação Antirracista**: Teoria e prática na EMEI Pedreira, SP: Ocupação Mai, 2019-2020

MUNANGA, K. (org.). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, Elisa Larkin e GÁ, Luiz Carlos. **Adinkra**: sabedoria em símbolos africanos. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

NOVA ESCOLA (2022). Educação Antirracista. Disponível em: E-book Educação Antirracista: baixe gratuitamente | Nova Escola. Acesso em 05/03/2026

NOGUERA, Renato. A lição de Kwaku Ananse: a perspectiva griot sobre ensinar filosofia. Quadranti – **Rivista Internazionale di Filosofia Contemporanea**, v. VII, n. 1-2, 2019, p. 161-162.

NOGUERA, Renato. Infância em afroperspectiva: articulações entre sankofa, ndaw e terrixistir. In: **R evista Sul-Ameri-cana de Filosofia e Educação**, n. 31, mai.- out. 2019, p. 63-64.

NOGUERA, Renato. Ubuntu: confusões e desafios. In: **Revista Mistérios de Orunmilá**. Disponível em: <http://revistamisteriosdeorunmila.com.br/index.php/2019/04/18/ubuntu-confusoes-e-desafos/>. Acesso em 01/03/2026.

PIRES, R, R, C. Implementando Desigualdades? Introdução a uma agenda de pesquisa sobre agentes estatais, representações sociais e (re)produção de desigualdades. In: IPEA. **Boletim de Análise Político-Institucional.**, n. 13. Out. 2017



RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTANA, Patrícia Maria de Souza. In.: BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

TRINDADE, Azoilda Loretto. Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros na Educação Infantil. In.: **Valores afro-brasileiros na educação**. BRASIL/MEC, 2005. BOLETIM 22, p. 30-36. Disponível em: <https://culturamess.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/01/valoresafrobrasileiros.pdf>. Acesso em: 08/03/2026